

Hilda Jaqueline de Fraga  
Claudia do Socorro Cirino Cardoso  
Éverton Reis Quevedo  
Véra Lucia Maciel Barroso  
(Orgs.)



BEJA  
CIDADE  
ANTI  
FASCISTA

# Experimentações do P ATRIMÔNIO

DIVERSIDADES  
E RESISTÊNCIAS



MEMORIAL  
OUR PEOPLE TO  
MAINTAIN PEACE  
CONDUCT ON THE  
THE VILLAGE -

# EXPERIMENTAÇÕES DO PATRIMÔNIO

Diversidades e resistências

Organizadores

**Hilda Jaqueline de Fraga**  
**Claudira do Socorro Cirino Cardoso**  
**Éverton Reis Quevedo**  
**Véra Lucia Maciel Barroso**



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

FRAGA, Hilda Jaqueline de, et al. (Orgs.)

Experimentações do patrimônio: diversidades e resistências [recurso eletrônico] / Hilda Jaqueline de Fraga et al. (Orgs.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

478 p.

ISBN - 978-65-5917-137-8

DOI - 10.22350/9786559171378

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Patrimônio; 2. Diversidade; 3. Resistência; 4. Arte; 5. Experiência; I. Título.

CDD: 900

---

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

## DESCOLONIZANDO REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NOS MUSEUS BRASILEIROS: UM DESAFIO POSSÍVEL

Roberta Madeira de Melo <sup>1</sup>

Maria Aparecida Bergamaschi <sup>2</sup>

Por isso que nós pensamos melhor, nós mostramos a nossa cultura para os brancos poder respeitar o nós. Hoje em dia, como os caciques disseram, o museu não é só dos indígenas, é patrimônio do Alto Simões (Nino Fernandes, fundador do Museu Maguta, povo Tikuna – AM).

### NOTAS INTRODUTÓRIAS

O imaginário é um conjunto de representações que os indivíduos expressam para dar sentido ao mundo em que vivem. Estas são produzidas a partir de relações de poder e, embora sejam historicamente construídas, em geral são compreendidas como naturais pelo inconsciente coletivo. Quando se analisam as diferentes representações ainda vigentes sobre os povos originários, sobressai a relação de poder expressa por meio de imagens, discursos, narrativas e objetos. Tais representações foram

---

<sup>1</sup> Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: roberta91melo@gmail.com. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre – Brasil).

<sup>2</sup> Doutorado em Educação e docência na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: cida.bergamaschi@gmail.com. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre – Brasil).

naturalizadas a partir das relações coloniais de poder e produzidas em diferentes espaços, como nas escolas, nos discursos científicos e políticos, nos diversos meios de comunicação, dentre os quais se destacam os museus.

Se as representações são historicamente construídas, elas também podem ser desconstruídas. Assim, neste capítulo, busca-se refletir sobre o contexto histórico em que as diferentes representações sobre os povos originários foram produzidas nos museus brasileiros e como estas estão sendo (re)pensadas, desconstruídas e descolonizadas a partir das experiências dos próprios povos originários em instituições museais. A reflexão que se apresenta na sequência decorre de uma pesquisa de mestrado<sup>3</sup> e do encontro fecundo entre as autoras, em situações de ensino e pesquisa, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Surge na confluência dos estudos acerca da educação indígena, do pensamento que interroga a colonialidade do saber e do poder a partir de movimentos que visam a descolonizar, de estudos acerca de museus e do encontro com as autorias indígenas, atuando em espaços acadêmicos e museais.

Parte-se da premissa de que, para compreender as representações acerca dos povos indígenas, nos museus brasileiros, é preciso considerar o contexto histórico em que esses espaços foram fundados e por quais epistemologias foram pensados. No Brasil, a fundação dos primeiros museus, caracterizados como de história natural, esteve atrelada a um movimento internacional de mundialização das ciências que, por sua vez, desenvolveu-se a partir do processo de colonização dos europeus em diferentes continentes.

---

<sup>3</sup> MELO, Roberta Madeira de. *Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações sobre os povos indígenas no Museu Júlio de Castilhos (1901-1958)*. Dissertação de Mestrado (Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

Nesse contexto, importa salientar que o processo de colonização das Américas, iniciado no século XVI, atingiu patamares que ultrapassaram aspectos políticos e econômicos, pois a exploração dos europeus em terras desconhecidas por eles também era realizada a partir da ciência. Assim, com o objetivo de estudar, naturalistas realizavam viagens científicas, exploravam, classificavam e coletavam da fauna e da flora tudo o que identificavam como novo, como “exótico”, e isso incluía, também, objetos e corpos humanos de povos não europeus; este é o início do processo de formação das primeiras coleções científicas (POMIAN, 1984). Essas explorações científicas eram feitas a partir dos olhos dos europeus e de sua sociedade, e muitos dos elementos coletados por esses exploradores tinham como destino coleções particulares ou museus de história natural.

Linda Tuhiwai Smith, renomada intelectual do povo maori, em seu livro *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas* (2018), faz uma incisiva crítica à ciência moderna, construída pelos europeus sobre a colonização de povos e continentes, e mostra, por meio de exemplos históricos, como os espaços, os tempos e as mentes indígenas tentaram ser colonizadas também por meio dessa ciência. Concepções de mundo, sistemas complexos de conhecimento, foram sufocadas e invisibilizadas por visões europeias que se colocaram (e continuam se colocando) como únicas e universais, naturalizando compreensões que são histórica e localmente construídas. São movimentos que encontram ecos em muitos espaços sociais e educativos desses povos e continentes colonizados que assumem as concepções eurocêntricas como suas e, conquanto movimentos de resistência e reexistência, desprezam a riqueza de saberes e conhecimentos originários. Diz a autora que, no processo de colonização, “o Império Britânico tornou-se um laboratório global de pesquisa e desenvolvimento” (*idem*, p. 79) e exemplifica, com situações concretas, que objetos sagrados de seu povo são apropriados por pesquisadores e ou

colecionadores, muitas vezes levados para a Europa, compondo exposições e habitando museus.

Situações similares são encontradas também na história de colonização da América e do Brasil, pois, apesar dos processos de independência das colônias americanas ocorridos no século XIX, as amarras da colonização não se desataram com o fim político e militar das invasões europeias. A exploração econômica e as relações de poder entre colonizadores e colonizados pós-independências permaneceram, na forma conceituada por Quijano (2005), como colonialidade do poder, do ser e do saber. Esse processo também se refletiu nos museus, tanto de países colonizados quanto de países colonizadores, os quais continuaram a pensar essas instituições a partir da colonialidade do saber, marginalizando saberes dos povos não europeus e produzindo representações colonializadas.

## **REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS COLONIZADORAS EM MUSEUS BRASILEIROS**

Os primeiros museus brasileiros – o Museu Nacional (1818), o Museu Emílio Goeldi (1866), o Museu Paranaense (1876) e o Museu Paulista (1890) – foram espécies de réplicas das instituições produtoras de conhecimento da Europa moderna, pois seguiram os paradigmas europeus de conhecimento. Um exemplo disso são as epistemologias adotadas pelos homens de ciências (SCHWARCZ, 1993) nessas instituições: eles utilizavam os estudos teóricos evolucionistas e raciais<sup>4</sup> advindos da Europa para classificar objetos de diferentes nações indígenas e explicar a sociedade brasileira. Isso resultou em representações dualistas, tais como “primitivo/moderno”, “selvagem/civilizado”, em que os povos

---

<sup>4</sup> Teorias as quais se centravam nos homens europeus como parâmetro hierarquizado ao classificar as diferentes raças humanas.

originários eram considerados os representantes do lado “primitivo” e “selvagem”, enquanto os europeus e seus descendentes representavam os “modernos” e “civilizados”.

Esses paradigmas continuaram vigentes no decorrer do século XX, não somente nos museus de história natural, mas também nos museus de história. Para compreender, brevemente, essa permanência, apresenta-se como exemplo o Museu Júlio de Castilhos (1903), o primeiro museu fundado no Rio Grande do Sul. Por ter um caráter enciclopédico, assim como os primeiros museus brasileiros, o Museu Júlio de Castilhos possui, desde seus primeiros anos de fundação, uma coleção de objetos indígenas. Ao longo da história do museu, essa coleção foi aumentando, adquiriu importância e foi estudada e exposta em diferentes gestões.

Ao estudar o acervo, as publicações e as práticas nas primeiras décadas (1903-1958) de existência do Museu Júlio de Castilhos, saltam aos olhos as representações colonizadas sobre os indígenas em momentos em que o museu esteve vinculado à história natural, mas também, mais tarde, quando se tornou um museu de história, entre 1930 e 1940. Nesse período, as nações indígenas eram estudadas separadamente da narrativa histórica do Rio Grande do Sul e continuaram sendo vistas como objetos da história natural, exceto quando suas trajetórias se entrelaçavam com as dos povos europeus. Apenas nessas situações eram estudados a partir da perspectiva histórica, entendidos e afirmados como povos “primitivos” ou “selvagens”. Já na década de 1950, foram pesquisados como povos folclóricos, que deveriam ser “civilizados” ou “domesticados” pelo Serviço de Proteção aos Índios para que não desaparecessem ou continuassem “selvagens”.

Movimento semelhante se encontra na Academia e nas práticas de ensino de história nas escolas: o primeiro reconhecimento acadêmico dos povos originários foi o de estudá-los como folclore, contribuindo para produzir uma representação que não condiz com os conhecimentos e

saberes que esses povos ostentam. Podem-se exemplificar as efetivas discriminações que as nações indígenas sofrem nas práticas de ensino, tratadas como exóticas, como folclóricas, como efemérides, ou simplesmente apagadas dos currículos que, tristemente, acompanham os movimentos que ocorrem nos museus.

Outro exemplo desse olhar que apaga e discrimina a presença indígena são as práticas dos museus históricos pedagógicos paulistas, criados nas décadas de 1950 e 1970, que tinham como ideal educar e difundir a cultura e a identidade nacional construída pela elite republicana. No entanto, essas práticas não incluíam os povos indígenas, invisibilizados pela perspectiva colonialista. Os objetos indígenas presentes em muitos desses museus, inúmeras vezes, eram misturados com artigos decorativos e vendidos aos turistas. Os que ficavam nas instituições não eram expostos de maneira adequada e respeitosa e, tampouco, seguiam as normas museais básicas, aplicadas a outros objetos: não possuíam informações a respeito de sua origem, utilidade e nem a qual etnia pertenciam. A maioria dessas instituições ignorava a existência indígena no território paulista (KASEKER, 2016b).

Durante muitas décadas, as nações indígenas foram estudadas de diferentes perspectivas, mas as representações fabricadas nos museus tiveram um elo em comum: inferiorização e/ou invisibilidade/apagamento desses povos. Essas representações a respeito dos povos originários produziram-se a partir da colonialidade, que legitimou um imaginário afirmado pelas diferenças extremamente assimétricas entre os europeus, compreendidos como superiores. E as nações indígenas, vistas como inferiores, quase que foram destituídas de humanidade pela objetificação a que eram(são) submetidas nesses espaços de poder-saber. Assim, estudantes, intelectuais, pesquisadores e diferentes pessoas que visitaram essas instituições deparavam com representações

inferiorizadas e colonizadas a respeito dos povos originários. Como já dito, os museus, sozinhos, não foram responsáveis por produzir um imaginário colonizado a respeito das nações indígenas, mas são um dos espaços em que essas diversas representações foram e são construídas; por isso, é tão importante olhar para essas instituições.

É imprescindível dizer que, atualmente, ainda se encontram representações distorcidas e discriminadoras dos povos originários em espaços museais. Por outro lado, muitos museus estão vivenciando o que Marília Xavier Cury (2017b) nomeia de *museu em transição*, ou seja, processos em que essas instituições procuram compreender a sua colonialidade para se desprender dela por meio de ações interculturais com diferentes nações indígenas. Nos últimos anos, foram inúmeros os projetos e exposições que envolveram ações colaborativas entre os museus e os povos originários. Essas ações são reflexos de mudanças vivenciadas pelo campo museológico, que, desde os anos 1960, vem repensando sua *práxis*, ou seja, sua museografia. Também são o resultado do movimento indígena brasileiro, que, principalmente, a partir da instituição da Constituição de 1988, vem lutando para garantir os direitos dos povos indígenas. No campo museológico, referem-se ao direito de terem identidades, organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições preservadas e evidenciadas de acordo com decisões e escolhas próprias.

## **OUTRAS EXPERIÊNCIAS DE EXPOSIÇÕES INDÍGENAS EM MUSEUS BRASILEIROS**

Quando se fala de projetos envolvendo museus e povos indígenas, não é difícil pensar no Museu do Índio (RJ). Essa instituição foi fundada por Darcy Ribeiro, em 1953, com o objetivo central de desconstruir preconceitos acerca dos povos indígenas e de suas culturas. Assim, os primeiros projetos do Museu do Índio tentaram mostrar semelhanças

entre os povos não indígenas e os originários, para que estes fossem vistos como seres humanos. Mesmo apontando semelhanças, o museu também apresentava os povos indígenas de forma singular, mostrando especificidades de cada nação, para que a ideia homogênea de indígenas fosse desconstruída do imaginário social (NASCENTE, 2011). Desse modo, surgia a primeira instituição museal que lutava pelas causas indígenas e que, até hoje, apesar das muitas dificuldades, continua a oferecer exposições e projetos conectados com as demandas dos povos originários.

Uma das exposições montadas no Museu do Índio foi a *Tempo e Espaço no Amazonas: os Wajãpi*, concretizada em 2001. Foi a primeira vez que o museu deu luz a uma exposição produzida com intensa participação dos povos nela representados (NASCENTE, 2011). A mostra foi articulada com os indígenas Wajãpi<sup>5</sup> e com a antropóloga Dominique Gallois. O tema da exposição era o universo simbólico dos Wajãpi presente em seu cotidiano, e a montagem contou com 307 objetos, 2.711 fotografias, quatro filmagens e uma casa tradicional Wajãpi (localizada no pátio do museu). Todas as atividades contaram com a participação dos Wajãpi, inclusive as fotografias e os filmes por eles criados. Entre muitos resultados, Couto (2012) destaca que, em 2002, as expressões gráficas dos Wajãpi foram incluídas no *Livro de Bens Imateriais do Iphan* (2002) e, em 2003, proclamadas como *Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade*, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Entre as exposições do Museu do Índio, destaca-se também *A Presença do Invisível: Vida Cotidiana e Ritual entre os Povos Indígenas do Oiapoque*, realizada em 2007. Conforme Livia da Silva Nascente (2011), a

---

<sup>5</sup> Wajãpi é o nome utilizado para designar os indígenas falantes da língua tupi que vivem na região delimitada pelos rios Oiapoque, Jari e Araguari, no Amapá. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waj%C3%A3pi>. Acesso em: 17 jul. 2020.

exposição teve como curadora a antropóloga Lux Vidal e foi concretizada em colaboração com os povos Karipuna, Palikur, Galibi, Kali'na e Galibi-Marworno<sup>6</sup>, residentes nas terras indígenas Uaçá, Galibi e Juminá, localizadas no Amapá. A apresentação teve como propósito mostrar o cotidiano desses povos e foi produzida a partir de trabalhos historiográficos das últimas décadas. Seu conteúdo informativo era voltado ao entendimento do processo de mudanças e permanências das dinâmicas sociais dos povos envolvidos, possibilitando a compreensão da existência de outras memórias. A exposição rendeu muitos resultados; um deles foi a criação de um Programa de Documentação do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, que visava a documentar e promover as culturas e as línguas dos povos indígenas (COUTO, 2012).

Outras instituições museais que, nos últimos anos, tornaram-se palco de exposições produzidas com indígenas são os museus etnológicos das universidades. Um exemplo é o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que, em 2011, apresentou a exposição *Guarani, Kaingang e Xokleng: Memórias e Atualidades ao Sul da Mata Atlântica*. Essa exposição foi produzida em parceria com estudantes Guarani<sup>7</sup>, Kaingang<sup>8</sup> e Xokleng/Laklanô<sup>9</sup> do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC. De acordo com Guimarães (2014), os objetos expostos foram escolhidos pelos estudantes que também participaram de reuniões nos últimos dias da

---

<sup>6</sup> De acordo com Nascimento (2011), esses povos se autodenominaram “Povos Indígenas do Oiapoque”, com a finalidade de obter maior visibilidade. Eles formaram a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque e construíram o Museu Kuahí, em 2007, na cidade do Oiapoque (AP).

<sup>7</sup> Os Guarani pertencem ao tronco linguístico Tupi-Guarani, vivem em territórios que se estendem entre o Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina e se diferenciam internamente em diferentes parciaisidades. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani>. Acesso em: 17 jul. 2020.

<sup>8</sup> Pertencem à família Jê, do grupo linguístico Macro-Jê; atualmente, vivem em aproximadamente 30 terras indígenas, nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e também ao leste das Missões Argentinas. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>. Acesso em: 17 jul. 2020.

<sup>9</sup> Pertencem ao grupo linguístico Jê, presentes em Santa Catarina. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xokleng>. Acesso em: 17 jul. 2020.

exposição para relatar suas impressões sobre a experiência. Essa mesma mostra foi apresentada em 2012, em Porto Alegre, no Museu Júlio de Castilhos, com a finalidade de aproximar os povos indígenas do Rio Grande do Sul da exposição.

No ano de 2012, também no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC, houve a exposição *Ticuna em Dois Tempos*, criada com a Comunidade Tikuna<sup>10</sup> Wotchimaucu, do bairro Cidade de Deus, em Manaus (AM). Centrava-se na apresentação das coleções existentes no museu de objetos advindos dos povos Ticuna e contou com a colaboração de diversas instituições. Além dos objetos, foram expostos quatro vídeos: *Cantando Desenhos*; *Retratos Ticuna*; *Viagem ao Alto Solimões*; e *Casa Ticuna*. Guimarães (2014) assinala que os vídeos foram utilizados como ferramenta de aproximação da comunidade Tikuna com o museu. Assim, ao assistirem aos vídeos, muitos Tikunas acabaram reconhecendo peças presentes nas coleções expostas, resultando em reflexões sobre a noção de pertencimento, sobre a memória e sobre o patrimônio na própria comunidade Tikuna.

Além dos museus etnológicos vinculados às universidades, foram realizados projetos colaborativos com povos originários em museus históricos, como é o caso do Museu das Missões, localizado em São Miguel das Missões (RS). De acordo com Jean Baptista (2011), por um longo período, o Museu das Missões produziu narrativas que destacavam a cultura portuguesa ou espanhola, enquanto silenciava a cultura dos povos Guarani. Foi a partir de 2006 que o museu passou a considerar a presença Guarani na região e a pensar projetos que envolvessem esses povos. A primeira ação nesse sentido foi um projeto de requalificação da instituição

---

<sup>10</sup> Os Ticuna são considerados o povo indígena mais populoso da Amazônia brasileira, mas também vivem nas fronteiras entre Brasil, Peru e Colômbia. A autodenominação dos Ticuna é Maguta, e a família linguística é Tikuna. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ticuna>. Acesso em: 23 jun. 2020.

que pretendia salvaguardar e pesquisar documentos e objetos dos povos Guarani e que resultou em três obras: *O Temporal: Estrutura e Sociedade Missional*; *O Eterno: Crenças e Práticas Missionárias*; e *As Ruínas: a Crise entre o Temporal e o Eterno* (BAPTISTA, 2011, p. 3).

Ainda com o intuito de (re)pensar as missões e o protagonismo dos Guarani, foi produzido o filme *Duas Aldeias, uma Caminhada* (2008), de Ariel Ortega (Kuaray Poty), cacique da aldeia Tekoa Koenju. O longa-metragem relata a “luta pela terra e pela subsistência, categorias comprometidas pelo fim das matas e pelo confinamento em pequenas reservas” (BAPTISTA, 2011, p. 8) e mostra, também, cenas dos Guarani no museu, sendo importunados por pessoas querendo fotografá-los e fazendo comentários indevidos e desrespeitosos. Além disso, apresenta a história das Missões a partir do olhar dos Guarani, evidenciando o seu protagonismo. Esses projetos construídos no Museu das Missões mostram a importância da história e da cultura Guarani na região missioneira e, igualmente, apontam para a necessidade da construção de representações a partir dos próprios Guarani: não mais sobre eles, mas por eles.

Recentemente, o Museu Júlio de Castilhos, localizado na cidade de Porto Alegre, produziu, em parceria com algumas lideranças indígenas do Estado, uma exposição chamada *Memória e Resistência* (2020). Toda a exposição, inclusive o nome escolhido, foi pensada a partir de reuniões realizadas com as lideranças e com os funcionários do museu. Outros projetos com as lideranças indígenas estavam prestes a ser expostos, mas foram interrompidos devido à pandemia de Covid-19.

Elencam-se, também, alguns exemplos do trabalho colaborativo entre os povos indígenas e o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuüre, localizado na cidade de Tupã (SP), que, nos últimos anos, tornou-se uma

referência positiva entre os povos Krenak<sup>11</sup>, Guarani, Kaingang e Terena.<sup>12</sup> Em 2012, foi criado, nesse museu, um setor chamado *Centro de Referência Kaingang*, onde se localizam diversos documentos, fotografias, vídeos, relatórios, depoimentos sobre os povos Kaingang. A partir do centro e da parceria com a Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (ACAM Portinari) e do convênio com o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), constroem-se projetos com os povos Kaingang, Krenak e Terena.

Dentre os projetos já realizados pelo Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, mencionam-se: a formação da coleção Kaingang contemporânea, produzida a partir das memórias dos mais velhos; a coleção Lifay Kaingang; a exposição temporária *Kanhgág – Arte, Cultura Material e Imaterial*; a exposição virtual *Sujeitos da História, Arte e Ser e Saber Fazer Kaingang*; as oficinas *Troca de Saberes de Mulheres Kaingang*; as Oficinas de Culinária e a Oficina de Armadilhas com a Escola Estadual Indígena Vanuíre; a exposição itinerante *Dois Povos, uma Luta – Terra Indígena Icatu: Kaingang e Terena*, com a Escola Estadual Indígena Índia Maria Rosa; e o evento *Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus* (CURY; YONAMINE, 2014). De acordo com Marília Cury Xavier (2017a), o Museu Índia Vanuíre é um exemplo: “Sua fundação baseava-se em estruturas ocidentais e colonizadoras e atualmente divide os processos de musealização com os povos Kaingang, Terena, Krenak e Guarani” (*Idem*, p. 11).

---

<sup>11</sup> São os últimos sobreviventes da nação Botocudo. Pertencem ao grupo linguístico Macro-Jê e atualmente vivem em áreas reduzidas nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/krenak>. Acesso em: 01 jul. 2020.

<sup>12</sup> Pertencem à família linguística Aruak e vivem em São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tendo neste último estado a população indígena mais numerosa. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Os projetos e exposição aqui apresentados mostram que é possível construir nos museus, historicamente marcados pela colonialidade, ações que visem à desconstrução de padrões colonialistas dessas instituições. Um aspecto marcante desses projetos é a presença dos povos originários na construção das exposições, desde a escolha de como e quais objetos serão expostos até o momento em que os museus exibem as mostras. A importância dessas ações, desenvolvidas em conjunto com os povos originários, são expressas nas palavras de Adriano Campos, liderança Kaingang, ao afirmar que qualquer trabalho colaborativo com os indígenas deve ser feito “sempre junto, nem na frente nem atrás, sempre lado a lado” (DAMACENO; MELO; RODRIGUES; CAMPOS, 2012, p. 46).

## **MUSEUS INDÍGENAS NO BRASIL**

Nos últimos anos, o envolvimento dos povos indígenas em processos museais não ocorreu somente nas instituições não indígenas. O que Ribamar Bessa Freire (2009) chamou de “descoberta dos museus pelos índios” foi uma série de ações que proporcionaram, além de exposições criadas a partir da colaboração de diferentes nações indígenas, a fundação de museus indígenas. O primeiro do Brasil foi o Museu Magüta (1988), fundado pelos Ticuna no Amazonas. Desde a fundação dessa instituição até o presente, foram diversas as experiências indígenas em criações de museus.

Nesse sentido, os museus indígenas se constituíram como espaços de resistência, pois permitem recuperar ou manter o patrimônio cultural material e/ou imaterial dos povos originários por meio da apropriação de suas representações. *Ação museológica indígena* (GOMES, 2016) denomina uma categoria de análise que estuda as práticas museológicas protagonizadas pelos povos indígenas, que fabricam representações sobre

si. Essas práticas começaram a ocorrer, principalmente, a partir da criação de espaços de memória, história e cultura pelos povos indígenas. De 1988, ano que marca a fundação do primeiro museu indígena no Brasil, até o presente, já foram criados vários museus indígenas. No quadro abaixo, podem-se observar alguns exemplos:

**Quadro 1 - Alguns museus indígenas em ordem cronológica de fundação**

<b>Museu</b>	<b>Povo</b>	<b>Localização</b>	<b>Ano de fundação</b>
Museu Magüta	Ticuna	Benjamin Constant (AM)	1988
Museu Indígena Kanindé	Kanindé	Aldeia Fernandes (CE)	1995
Museu do Futebol	Quilombo Indígena Tiririca dos Crioulos	Carnaubeira da Penha (PE)	1998
Museu Indígena da Aldeia Pataxó	Pataxó	Aldeia Pataxó (BA)	2000
Museu Comunitário e Centro de Cultura Bororo de Meruri	Bororo	Aldeia Bororo de Meruri (MT)	2001
Museu Comunitário e Centro de Cultura Xavante de Sangradouro	Xavante	Aldeia Xavante de Sangradouro (MT)	2005
Memorial Tapeba Cacique Perna de Pau	Tapeba	Aldeia Ponte (CE)	2005
Museu Vivo Casa Cultural Povo Kokama	Kokama	Tabatinga (AM)	2006
Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque	Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kalinã	Oiapoque (AP)	2007
Espaço Pávañh de Memória, Pesquisas, Produção e Formação Indígena	Kaingang e Guarani	Terra Indígena Nonoai (RS)	2008
Oca da Memória	Kalabaça e Tabajara	Poranga (CE)	2008
Museu Indígena Maria Firmino de Melo	Potiguara	Aldeia Tourão (CE)	2009
Casa de Memória do Tronco Velho Pankararu	Pankararu	Terra Indígena Pankararu (PE)	2009

Museu Indígena Potyगतapuia	Potiguara, Gavião, Tabajara e Tubiba-Tapuia	Aldeia Mundo Novo (CE)	2010
Museu Indígena Jenipapo-Kanindé	Jenipapo- Kanindé	Reserva Indígena Jenipapo- Kanindé, Lagoa Encantada (CE)	2010
Casa de Cultura Mawo – Centro de Formação, Pesquisa, Registro e Divulgação da Cultura Ikpeng	Javaé e Karajá	Aldeia Moygu (MT)	2010
Iny Heto - Museu dos Povos Indígenas da Ilha do Bananal	Javaé e Karajá	Formoso do Araguaia (TO)	2010
Museu-Escola Povo Pankararu	Pankararu	Aldeia Brejo dos Padres, Terra Indígena Pankakaru (PE)	2011-2012
Museológicos Indígenas Kapinawá	Kapinawá	Território Indígena Kapinawá (PE)	2015
Museu Akam Oran Krenak	Krenak	Terra Indígena Vanuíre	2015
Museu Indígena Pitaguary	Pitaguary	Aldeias Monguba e Pitaguary (CE)	2016
Museu Paiter A Soe	Paiter Suruí	Aldeia Gãpgir, Terra Indígena 7 de Setembro (RO)	2016
Museu Guarani Nhandewa	Guarani Nhandewa	Aldeia Nimuendaju, Terra Indígena Araribá (SP)	2017

Fonte: Cury, 2017a, p. 98-101.

Observando os dados do quadro, fica evidente que a fundação de museus indígenas cresceu significativamente, no Brasil, a partir dos anos 2000. Além disso, constatou-se que as regiões com maior concentração de museus indígenas são as do Norte e do Nordeste. Dentre os museus apresentados no quadro, destacam-se os dois primeiros: o Museu Maguta, por ser o expoente desse movimento, e o Museu dos Kanindé, por já apresentar um estudo sobre o seu processo museológico.

O primeiro museu indígena fundado no Brasil foi o Museu Maguta (1988), criado pelos Ticuna, na cidade de Benjamin Constant (AM). Sua fundação esteve atrelada à luta desse povo em defesa de suas terras. De 1988 a 1991, os Ticuna organizaram o acervo do museu e, em 1991, abriram a exposição permanente para o público. De acordo com Ribamar Bessa Freire (2009), para os Ticuna conseguirem demarcar suas terras precisavam provar que eram indígenas; assim, buscaram na criação do museu uma ferramenta de afirmação de sua identidade. A singularidade e a significativa atuação dos Ticuna no Museu Maguta renderam para a instituição o prêmio de *Museu Símbolo de 1995* pela *International Council of Museums* (Icom) e o prêmio *Rodrigo Melo Franco* pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O segundo museu indígena, no Brasil, foi o Museu dos Kanindé, localizado na aldeia Fernandes (CE), fundado pelo cacique José Maria Pereira Santos, o Sotero. Desde 1995, ano de sua fundação, a instituição procura preservar e comunicar as histórias e as memórias do povo Kanindé.<sup>13</sup> Ao analisar a historicidade e os sentidos construídos nos objetos que constituem o museu, Alexandre Oliveira Gomes (2012) percebeu que o sentido dado aos objetos na perspectiva dos Kanindé ocorria a partir de uma narrativa sobre si (os Kanindé), constituindo uma contranarrativa em relação aos museus tradicionais. O estudo apresentado por Gomes (2012) traz à tona como as representações nos espaços museais podem ser produzidas a partir da perspectiva indígena em locais pensados e construídos por eles.

Ninimon Suzel Pinheiro (2012) aponta outros três exemplos de ação indígena em museus, envolvendo os povos Kaingang e Krenak, nas

---

<sup>13</sup> A população Kanindé ocupa as zonas rurais dos municípios de Aratuba e Canindé; vivem aproximadamente 1.101 pessoas nas aldeias de Fernandes, Balança e Gameleira. Disponível em: <https://povokaninde.wixsite.com/historiandokanindes/quem-somos>. Acesso em: 05 jun. 2020.

proximidades da cidade de Tupã (SP). As duas primeiras são as fundações do Museuzinho Krenak e da Casa de Cultura dos Kaingang e Krenak, nas décadas de 1980 e 1990, na terra indígena Vanuïre. Ambos os espaços surgiram a partir de casas que eram utilizadas para dançar, falar sobre a vida cotidiana e sobre os ataques dos fazendeiros e do governo, e para transmitir a língua e a cultura para os mais jovens. Com o tempo, tornaram-se museu e casa de cultura, locais onde esses povos elaboram e colocam em exposição projetos que visam a comunicar suas culturas, memórias e histórias.

A terceira experiência, citada por Pinheiro (2012), é a *Picada das Mulheres*, uma espécie de museu aberto, localizado na Terra Indígena Icatu, no noroeste paulista. Esse projeto foi produzido pelas mulheres Kaingang e Terena no ano de 2012. A *Picada das Mulheres* é um percurso realizado com os visitantes, cujo objetivo é proporcionar uma vivência do cotidiano da aldeia. Durante o trajeto, os visitantes visualizam objetos construídos pelas indígenas, enquanto fazem a escuta dos saberes dessas mulheres.

Semelhante a essa experiência, foi construída, pelos Mbyá-Guarani, na Tekoa Yvy Poty, localizada na Barra do Ribeiro (RS), a Trilha Ecológica. A partir da caminhada na trilha, os visitantes visualizam objetos feitos pelos Mbyá-Guarani, tais como uma grande cobra entalhada em madeira, as armadilhas tradicionalmente usadas para caçar animais na mata, além do fogo e de outros elementos da natureza presentes na trilha e que são evocados para compor um cenário que representa patrimônio imaterial próprio dos Mbyá-Guarani, como, por exemplo, o silêncio.<sup>14</sup> Em alguns

---

<sup>14</sup> O silêncio, bem precioso para os Mbyá-Guarani, está relacionado à escuta, característica central da oralidade. Para essa sociedade, escutar a voz dos sábios, ouvir atentamente as crianças, escutar todos os seres da natureza (a água, a mata e tudo o que nela habita) é uma aprendizagem central e um valor importante que preza e mantém como patrimônio cultural (BERGAMASCHI, 2005). A escuta se dá no silêncio e, por isso, faz parte da proposta vivencial da Trilha Ecológica.

lugares dessa trilha, anteriormente preparados, os visitantes são convidados a parar e escutar as sábias palavras do Cacique Santiago Franco ou do professor Jerônimo Franco, que conta acerca da cultura e da história de seu povo. Um coral de crianças que entoia canções sagradas da tradição Mbyá-guarani também compõe a trilha e se apresenta no espaço destinado à escuta dos sábios. Apesar de não ser denominada como um museu aberto pelos Mbyá-Guarani, a Trilha Ecológica funciona como tal, pois é um espaço que proporciona aos visitantes um encontro com objetos fabricados por eles e com a natureza, enquanto ocorre um diálogo sobre questões culturais e históricas consideradas importantes para esse povo. Nesse sentido, pode-se dizer que, assim como A Picada das Mulheres, a vivência na Trilha Ecológica produz representações sobre os Mbyá-Guarani a partir deles, pois foi um projeto pensado por eles e, igualmente, por eles apresentado.

As ações indígenas que ocorreram no Brasil de forma mais intensa na última década também resultaram em redes de apoio e encontros entre os povos indígenas e demais interessados nessas questões e nos museus. O primeiro encontro no Brasil com representantes de museus indígenas denominou-se *Seminário Experiências Indígenas com Museus e Centros Culturais* e foi realizado em 2009, no Museu Nacional. A partir de então, outros eventos e encontros começaram a florescer.

Desde 2012, ocorre o *Encontro de Museus Indígenas em Pernambuco*. Promovido pelo *Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade* (NEPE), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, o evento possibilita o encontro de representantes de museus indígenas, principalmente do Norte e do Nordeste do país, com interessados nesse movimento, possibilitando inúmeras reflexões e troca de experiências. Outro evento importante é o *Fórum Nacional de Museus Indígenas*, promovido pela Rede Indígena de Memória e Museologia Social.

O primeiro encontro aconteceu em 2015, no Museu dos Kanindé (CE), juntamente com o *III Encontro de Formação de Gestores de Museus Indígenas no Ceará*. Reuniram-se, nesse evento, representantes de museus indígenas no Brasil, professores, pesquisadores, estudantes e gestores públicos de educação e cultura. É importante salientar que a *Rede Indígena de Memória e Museologia Social*, nos últimos anos, consolidou-se como uma rede de articulação entre povos indígenas dos estados do Ceará, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Amapá, do Amazonas, entre outros.

Em São Paulo acontece, desde 2012, o *Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus*, que reúne, no Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuîre, representantes de povos indígenas, pesquisadores, professores e demais interessados no assunto. Além de estimular inúmeras reflexões sobre povos indígenas e instituições museais, o evento também resulta na produção de livros,<sup>15</sup> os quais reúnem artigos de diferentes pesquisadores que estiveram presentes nas várias edições do encontro.

## **DESCOLONIZANDO REPRESENTAÇÕES: NOTAS (IN)CONCLUSIVAS**

As redes e os encontros são frutos da “descoberta dos museus pelos índios” e ao mesmo tempo dão frutos, pois, a cada rede criada, a cada evento ocorrido, mais encontros, mais diálogos e mais reflexões acontecem. Com a breve explanação acerca de alguns museus indígenas, pode-se notar o quanto tais ações já mostram que essa “descoberta dos museus pelos índios” é um movimento que só cresce no Brasil e se torna mais uma ferramenta de resistência na luta pelos direitos dos povos originários. Nesses espaços, as nações indígenas produzem representações

---

<sup>15</sup> São eles: *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades* (2012); *Questões indígenas e museus: enfoque regional para um debate museológico* (2014); *Museus e indígenas: saberes, ética, novos paradigmas em debate* (2016); *Direitos indígenas no museu: novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos* (2016); *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações* (2020).

sobre si a partir da troca de saberes com os não indígenas, mas também através de suas dinâmicas e compreensões do que é musealização e museografia.

Essa autoria dos povos originários, que tem a força para transformar representações colonizadas, exemplificada aqui por ações colaborativas em museus convencionais e pelo protagonismo na criação de seus próprios museus, é uma das faces do movimento indígena que resiste e reexiste. Embora sempre presente na história colonial, é na atualidade que encontra maior ressonância nos meios educacionais, museais, comunicacionais, entre outros, atendendo a uma reivindicação que vem de muito tempo, registrada inclusive em legislações que também apontam conquistas importantes desses povos. A Convenção 169, da OIT/1989, que trata basicamente dos direitos de povos indígenas e tribais, anuncia de forma contundente em um de seus artigos a premência de agir para transformar representações e dirimir preconceitos: “Medidas de caráter educativo deverão ser adotadas em todos os segmentos da comunidade nacional, especialmente naqueles que estiverem em contato mais direto com esses povos indígenas ou tribais, com o objetivo de eliminar preconceitos que possam ter com relação a eles. [...]” (Art. 31, OIT, 1989).

A atuação de indígenas sábios e intelectuais em espaços que historicamente eram exclusivamente ocupados por brancos e por concepções eurocêntricas, como o ensino superior e os programas de pós-graduação, tem mostrado possibilidades de transformação. Com coragem e sabedoria, eles mostram uma América profunda que se religa a uma ancestralidade originária até então negada, invisibilizada e depreciada pela colonialidade, e apontam caminhos interculturais, assentados na complementariedade e na reciprocidade, valores presentes no pensamento filosófico indígena. O diálogo com a sabedoria milenar dos povos indígenas germina reflexões profundas nos modos de produzir conhecimento,

expandindo o olhar e a escuta para um universo mais amplo que a ciência moderna e antropocêntrica desconsidera. E ainda modifica o olhar que retirou a subjetividade e a sacralidade – surrupiadas por práticas coloniais – de itens culturais que foram classificados e colecionados como coisas em muitos museus do Brasil e do mundo e que hoje são questionados e reivindicados pelos seus legítimos donos.

Desde muito antes da introdução da escola, os povos indígenas vêm elaborando, ao longo de sua história, complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos sobre o mundo, o homem e o sobrenatural. [...]. Observar, experimentar, estabelecer relações de causalidade, formular princípios, definir métodos adequados, são alguns mecanismos que possibilitam a esses povos a *produção de ricos acervos* de informação e reflexões sobre a natureza, sobre a vida social e sobre os mistérios da existência humana. Desenvolveram uma atitude de investigação científica, procurando estabelecer um ordenamento do mundo natural que serve para *classificar os diversos elementos* (BRASIL, 1998, p. 22. Grifo das autoras).

Algumas faces desse potencial dos povos indígenas são expressas no Referencial Curricular Nacional das Escolas Indígenas (RCNEI), cujo trecho foi selecionado aqui para destacar possibilidades de lidar com acervos, que são reconhecidamente ricos, mas que precisam passar pelas escolhas, decisões e classificações também próprias. São essas autorias indígenas que vão expressar a ancestralidade americana, que pode pertencer a todos se for reconhecida com o devido respeito e valorização.

Assim, neste capítulo, procurou-se apresentar algumas reflexões sobre o contexto histórico da criação de museus no Brasil e o quanto isso refletiu-se nas produções de representações colonizadas sobre os povos originários. Por outro lado, foram apresentadas diferentes exposições, de um tempo mais recente, envolvendo a colaboração dos povos indígenas

em suas elaborações. Essas experiências evidenciam que os museus, historicamente marcados por produções colonialistas sobre os povos indígenas, também podem se tornar espaços de descolonização dessas representações a partir de trabalhos junto com os povos originários.

Além disso, constatou-se que a presença indígena em museus ultrapassou as instituições museais tradicionais, na medida em que alguns coletivos indígenas tomaram para si a ideia de museu, ao construir seus próprios espaços museais, e, conseqüentemente, fabricarem representações sobre si. Esse movimento indígena autoral em relação aos museus evidencia que, apesar de se terem produzido, durante décadas, representações colonizadas sobre os povos indígenas nos espaços museais, há em curso caminhos rumo à descolonização dessas representações, tanto em museus não indígenas quanto em museus indígenas. Caminhos árduos, mas possíveis, capazes de construir imaginários descolonizados.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Jean. Memória Nacional e Patrimônio Indígena: a inserção do protagonismo indígena no Museu das Missões e no Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo a partir de políticas públicas contemporâneas. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, p. 01-12, jul. 2011. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3273/Mem%C3%B3ria%20nacional%20e%20patrim%C3%B4nio%20ind%C3%ADgena.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. *Nhembo'e. Enquanto o encanto permanece! Processos e práticas de escolarização nas aldeias Guarani*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grandes do Sul, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. *O governo brasileiro e a educação escolar indígena*. Brasília: MEC/SEF/DPEF/CGAEI, 1998.

COUTO, Ione Helena Pereira. A política institucional e o trabalho curatorial na montagem da exposição “Tempo e Espaço no Amazonas: os Wajãpi”. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (coords.). *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*. Brodowski: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012. Disponível em: [https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Questoes\\_Indigenas%20\\_Museus\\_2012.pdf](https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Questoes_Indigenas%20_Museus_2012.pdf). Acesso em: 15 mai. 2020.

CURY, Marília Xavier (coord.). Circuitos museais para a visitação crítica: descoloniza o e protagonismo indígena. *Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR*, Penado, n. 3, v. 7, dez. 2017a. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/4175/2997>. Acesso em: 10 jun. 2020

CURY, Marília Xavier. Li es indígenas para a descoloniza o dos museus: processos comunicacionais em discussão. *Cadernos CIMEAC*, Uberaba, MG. n.1, v.7, 2017b. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/2199/2517>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CURY, Marília Xavier. *Questões indígenas e museus: enfoque regional para um debate museológico*. São Paulo: Brodowski: ACAM Portinari; Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (SEC); Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: [https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Questoes\\_Indigenas\\_Museus\\_2013.pdf](https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Questoes_Indigenas_Museus_2013.pdf). Acesso em: 02 jun. 2020.

CURY, Marília Xavier (Coord.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando a es*. São Paulo: Secretaria da Cultura; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/464/418/1629-1>. Acesso: 14 dez. 2020.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A descoberta do museu pelos  ndios. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (org). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GOMES, Alexandre Oliveira. *Aquilo é uma coisa de índio: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

GUIMARÃES, Viviane Wermelinger. *Exposições museológicas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina: espaços para construções de parcerias*. Dissertação (Mestrado em Interunidades e Museologia). Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2014.

KASEKER, Davidson. Memória indígena: um desafio para os museus paulistas. In: CURY, Marília Xavier (org.). *Direitos indígenas no museu: novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos*. São Paulo: Secretaria da Cultura; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, p. 23-32, 2016b. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/116/99/500-1>. Acesso em: 10 jul. 2020.

NASCENTE, Livia da Silva. *Memórias e narrativas coletivas: os povos indígenas do Oiapoque no Museu do Índio*. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, Rio de Janeiro, 2011.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. Convenção 169/1989. Convenção sobre povos indígenas e tribais em países independentes e resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais. Assinada pelo Brasil em 2003.

PINHEIRO, Niminon Suzel. Kaingang, Guarani, Terena e Krenak e o Museu Índia Vanuíre: identidades, alteridades e intervenções político-sociais. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (coords.). *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*. Brodowski: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura (SEC), p. 180-191, 2012. Disponível em: [https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Questoes\\_Indigenas%20\\_Museus\\_2012.pdf](https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Questoes_Indigenas%20_Museus_2012.pdf). Acesso em: 05 jul. 2020.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 1 (Memória-História), Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 51-86. Disponível em: [http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Pomian%20\(1984b\).pdf](http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Pomian%20(1984b).pdf). Acesso em: 03 jun. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org.). Colección Sur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 107-130, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SMITH, Tuhiwai Smith. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Tradução Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

YONAMINE, Denise; CURY, Marília Xavier. Centro de Referência Kaingang: coleção, conservação, pesquisa e comunicação indígena. In: CURY, Marília Xavier (coord.). *Questões indígenas e museus: enfoque regional para um debate museológico*. São Paulo: Brodowski; ACAM Portinari; Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (SEC); Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: [https://www.sisemsp.org.br/wpcontent/uploads/2013/12/Questoes\\_Indigenas\\_Museus\\_2013.pdf](https://www.sisemsp.org.br/wpcontent/uploads/2013/12/Questoes_Indigenas_Museus_2013.pdf). Acesso em: 02 jun. 2020.